

>>> Continuação



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

6. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O valor do capital social subscrito é de R\$ 203.219 e está totalmente integralizado. O total de Ações é de 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,7
OI S.A.	ON	1.366.594	0,19
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	ON	431.557	0,06
IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,05
Total das Ações		728.596.845	100

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(41.591)	(74.770)
Resultado Líquido no Exercício	(16.593)	33.179
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	(58.184)	(41.591)

7. Resultado Do Período

(a) Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 515.621 apresentando um decréscimo nominal de R\$ 5.158 (1%) em relação ao exercício de 2023. O decréscimo se deve à perda de faturamento em maio, em decorrência da enchente e do desligamento do data center. Os valores faturados para as entidades da administração direta e indireta do RS que fazem parte das partes relacionadas, estão abaixo, sendo que todo o faturamento baseia-se em contratos firmados com estas entidades. A Receita Bruta faturada para a empresa CORSAN, em 2023, foi de R\$ 62.696. Com a privatização da empresa em julho de 2023, a receita ficou dividida em Administração Indireta RS, de janeiro a julho (R\$ 38.543) e Outros Mercados de agosto a dezembro (R\$ 24.153). Em 2024, a receita bruta foi de R\$ 35.754 toda classificada em Outros Mercados.

Receita Operacional Bruta	31/12/2024	31/12/2023
Administração Direta RS	292.907	276.980
Administração Indireta RS	168.048	196.601
Outros Poderes	9.956	11.440
Outros Mercados	44.710	35.758
Total da Receita Operacional Bruta	515.621	520.779

(b) Custos dos Serviços Prestados

Houve um aumento desproporcional, em relação à receita, dos custos sobre os serviços prestados, devido a enchente ocorrida entre abril e maio de 2024. Com isso, houve a queda de faturamento devido ao desligamento do data center da companhia. Em pessoal, houve um crescimento de 15,76% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento de pessoal próprio com o ingresso de 209 novos funcionários, sendo 85 no primeiro semestre e 124 no segundo semestre de 2024. Também os reajustes de salários e benefícios em julho de 2023 que impactaram de forma integral em 2024. O crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes. A depreciação teve um aumento expressivo devido as novas aquisição de equipamentos advindos dos investimentos feitos a partir do aporte de capital em 2022.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados à Operação	288.771	249.438
Custos de Insumos ligados a Operação	69.697	62.794
Depreciação e Amortização	27.513	18.556
Outros Custos	738	482
(-) Lei do Bem	-	(279)
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(29.987)	(25.487)
Total dos Custos de Serviços Prestados	356.732	305.504

(c) Despesas Com Vendas

Despesas com Vendas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal da Área Comercial	9.910	8.994
Despesas da Área Comercial	4	4
Depreciação e Amortização	6	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	897	424
Total das Despesas com Vendas	10.817	9.428

(d) Despesas Administrativas

O crescimento em despesas administrativas, se deu, principalmente devido à enchente de maio, onde a companhia precisou desembolsar valores extras com serviços e materiais de instalações e infraestrutura, bem como contratar aluguel de geradores, para o retorno das operações normais. O valor de R\$ 9.886 em Recuperação de Despesas, refere-se ao processo nº 50366102920148210001 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, referente a recuperação de ISSQN recolhido no exercício 2006.

Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Administrativo	54.258	51.187
Despesas Administrativas	12.714	8.481
Depreciação e Amortização	642	524
Provisão para Contingências	18.318	20.377
Recuperação Despesas	(10.088)	(1.074)
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	29.987	25.487
Total das Despesas Administrativas	105.831	104.982

(e) Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Juros Recebidos ou Auferidos	-	1
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras - SIAC	9.880	15.526
Correção Monetária	1.712	379
Atraso Pagamentos de Clientes	37	152
Total Receitas Financeiras	11.629	16.058
Juros Pagos ou Ocorridos	(84)	(37)
Descontos Concedidos	(5)	(5)
Comissões e Despesas Bancárias	(15)	(15)
Multa s/ Pagamentos em Atraso	(5)	(96)
Comissões s/ Cobrança	(281)	(361)
Variáveis Monetárias de Obrigações	(1)	(19)
Total Despesas Financeiras	(388)	(533)
Resultado Financeiro Líquido	11.241	15.525

(f) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Em 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Em 2024, a companhia, através da Procuradoria-Geral do Estado, na Ação Cível Originária nº 3.695, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, nos termos do art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, obteve o deferimento de liminar, pelo Relator Ministro Edson Fachin, a qual foi referendada pelo Plenário do STF, em 11/11/2024. A liminar determinou que a União deixasse de cobrar os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Procergs, até o encerramento da ação. Assim, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa, mas CSLL, PASEP e COFINS não, pois a imunidade incide sobre impostos, não se estendendo as contribuições.

No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento do Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$ 3.526.

Alíquotas Efetivas	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.593)	(16.593)	45.103	45.103
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-	6.765	4.059
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	277.750	277.750	331.754	331.754
Acrescimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.171	23.171	26.198	26.198
Outras Adições	153	153	128	128
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(255.897)	(255.897)	(319.689)	(319.689)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(27.257)	(27.257)	(26.037)	(26.037)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(4.853)	(4.853)	(5.821)	(5.821)
Lei do Bem	-	-	(167)	(167)
Outras Exclusões	-	-	(4)	(4)
(=) Lucro Real	(3.526)	(3.526)	51.465	51.465
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	-	-	(15.440)	(15.440)
Base de Cálculo	(3.526)	(3.526)	36.026	36.026
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	5.404	3.242
Adicional de IRPJ de 10%	-	-	3.579	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(216)	-
Prorrogação licença maternidade	-	-	(84)	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	8.682	3.242
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	19,25%	7,19%

(g) Resultado Líquido do Período

O Resultado Líquido do Exercício de 2024, apurado obedecendo ao princípio da competência, foi um prejuízo de R\$ 16.593, apresentando um decréscimo em relação ao resultado de 2023, devido aos eventos climáticos e queda de receita.

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	502
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	*33.031

* Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente

(b) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de Previdência privada para seus associados.

09. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS24 e observando a Política interna de transações com Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024 as partes relacionadas com a Procergs são: Estado do Rio Grande do Sul, OI S.A., Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores a seguir evidenciam as transações entre a Procergs as partes relacionadas.

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, aos órgãos, secretarias e fundações administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 292.907 (R\$ 276.980 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 14.984 vencidos e R\$ 29.555 a vencer.

(b) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, foi de R\$ 35.754 (R\$ 62.696 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 4.959 a vencer.

(c) IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação no ano de 2024, foi de R\$ 6.823 (R\$ 18.237 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 1.599 vencidos e R\$ 605 a vencer.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração para a Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia (Ata 123 de 10/01/2022).

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração e Encargos	3.934	3.261
Benefícios	266	220

10. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Até o encerramento das Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.

Diretoria

Nome	Função	CPF
LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	DIRETOR-PRESIDENTE	CPF 220.946.440-49
KAREN MARIA GROSS LOPES	Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes	CPF 533.611.990-34
ROMERO LEITE PIMENTEL	Diretor Administrativo-Financeiro	CPF 723.179.061-53
MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI	Diretor de Soluções Digitais	CPF 729.617.160-04
SANDRO LEITE FURTADO	Diretor de Sistemas Transacionais	CPF 035.481.111-81
DIOGO PRESTES IORI	Diretor Interino de Infraestrutura e Operações	CPF 015.940.980-26
ANDRÉA GONÇALVES ALVES		CPF 658.564.810-20 CRC-RS nº 076011/O-6

Conselho de Administração

Nome	Função
RICARDO NEVES PEREIRA	Presidente
DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO	Conselheiro
AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES	Conselheiro
MAURICIO DE ALVES LACERDA	Conselheiro
JORGE FERNANDO KRUG SANTOS	Conselheiro
VICTOR HERZER DA SILVA	Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. PORTO ALEGRE - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/O
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico